

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Folha de S. Paulo

[Título: Bolsonaro é estrela em evento do mercado](#)..... 11

Valor Econômico

[Título: Bolsonaro tenta suavizar imagem](#)..... 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Petrobras inicia processo de venda da refinaria de Pasadena	2
Título: Nota.....	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Ministro critica preço de venda da Eletrobrás.....	5
Título: Cade deve aprovar acordo de siderúrgicas.....	6
Título: Notas	7
Título: Energia de poste foi furtada, diz Prefeitura	7
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Privatização da Eletrobrás entra na mira do TCU	8

Título: Petrobras dá início ao processo de venda da refinaria de Pasadena	10
Título: Bolsonaro é estrela em evento do mercado.....	11
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Como anda a faxina da casa na Petrobras	13
Título: Minério de ferro e itens agrícolas ficam mais baratos no atacado e puxam queda do IGP-DI	15
Título: Bolsonaro tenta suavizar imagem.....	16
Título: CSN espera ano de virada na demanda do mercado interno	18
Título: Ação coletiva nos EUA queria até US\$ 16 bi da Petrobras	19
Título: Turbulência internacional freia otimismo com petróleo	21
Título: Começa venda de Pasadena	22
Título: Siderúrgicas vão aos EUA contra inclusão em seção 232	23
Título: BR Properties vai manter receita de locação do Ventura.....	24
Título: Aralco vai receber aporte da Sucden	26

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez e Bruno Rosa

Título: Petrobras inicia processo de venda da refinaria de Pasadena

Empreendimento é símbolo do escândalo de corrupção da Lava-Jato

A Petrobras deu o pontapé inicial para a venda da refinaria de Pasadena, em Houston, nos Estados Unidos. A estatal lançou ontem um teaser (comunicado) com as informações sobre o empreendimento. O processo de venda da refinaria — um símbolo do escândalo de corrupção revelado pela Operação Lava- Jato — será conduzido pela Petrobras America Inc, filiada da estatal. Em comunicado ao

mercado divulgado ontem, a Petrobras informou que estão à venda a refinaria, que tem capacidade de produção de 110 mil barris diários de petróleo, um espaço de armazenagem de 5,1 milhões de barris de petróleo e derivados, o terminal marítimo, a logística e os estoques associados, além de um terreno localizado no canal marítimo de acesso a Houston, para oportunidades de expansão futura. O teaser contém não só as principais informações sobre o ativo à venda como também os critérios objetivos para a seleção de potenciais participantes.

Os interessados deverão se manifestar até o próximo dia 23. Poderão participar do processo empresas da área de refino de combustíveis, companhias de logística, fundos de investimentos e tradings (de comércio exterior). META DE VENDER US\$ 21 BI A venda da refinaria de Pasadena representa, segundo um executivo próximo à estatal, a oportunidade de se livrar de “mais um esqueleto” do esquema de corrupção que existiu na estatal no passado, revelado pela Operação Lava-Jato. A Petrobras pagou ao todo pela refinaria US\$ 1,18 bilhão. A compra foi justificada à época pelo projeto de internacionalização de operações da estatal. Mas a escolha e o custo se tornaram alvo de críticas. Pasadena é uma usina antiga e enfrentou uma série de problemas ambientais nos Estados Unidos.

No fim do ano passado, foi apresentada a primeira denúncia no âmbito da Lava-Jato sobre a compra da refinaria nos EUA. A Petrobras pretende levantar US\$ 21 bilhões até o fim do ano com a venda de ativos. O programa de desinvestimento visa a equilibrar as contas da companhia, reduzindo seu endividamento. De acordo com o Plano de Negócios da Petrobras 2018-2022, no ano passado, a empresa vendeu ativos equivalente a US\$ 4,5 bilhões. Mesmo assim, a meta de venda para o biênio 2017-2018 foi mantida em US\$ 21 bilhões. No fim de 2017, ela incluiu projetos de mais de US\$ 5 bilhões nesta lista de ativos à venda. Uma série de iniciativas tem contribuído para melhorar os números da empresa. No ano passado, a abertura de capital da Petrobras Distribuidora (BR) rendeu R\$ 5 bilhões à estatal. Além disso, a petroleira levantou outros US\$ 2,9 bilhões com a venda de parte do Campo de Roncador na Bacia de Campos para a norueguesa Statoil, com a qual firmou uma parceria estratégica.

DE FERTILIZANTE A PROJETO NO PARAGUAI

Entre alguns dos principais ativos que já estão à venda se destacam postos de gasolina e empreendimentos no Paraguai, 90% da TAG, a Unidade de Fertilizantes III e a subsidiária de biocombustíveis. Fazem parte da lista, ainda, vários campos terrestres e campos marítimos em águas rasas em diversos estados do país. A lista de projetos disponíveis para investidores inclui ainda a Nova Transportadora do Nordeste (NTN), com a rede de gasodutos do Nordeste, e a participação na Braskem.

UM PROJETO MARCADO POR PROBLEMAS

A compra da refinaria de Pasadena foi um dos estopins que tornaram público o esquema de corrupção que existia na Petrobras revelado pela Operação Lava-Jato. A Petrobras comprou em 2006 uma participação de 50% em Pasadena por US\$ 360 milhões. O valor foi muito superior ao pago um ano antes pela belga Astra Oil por toda a refinaria, que tinha sido comprada por US\$ 42,5 milhões. Em delação premiada, o ex-diretor da área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró informou que ocorreu pagamento de propina na negociação. Nos anos seguintes, a Petrobras se desentendeu com sua sócia nesse negócio, a Astra Oil, e, devido a uma decisão judicial, a estatal foi obrigada a comprar os outros 50% da participação da empresa belga.

A compra de Pasadena acabou custando US\$ 1,18 bilhão à Petrobras, um valor muito superior ao que sua sócia pagou. O caso ganhou repercussão nacional porque a compra foi realizada quando a ex-presidente Dilma Rousseff era presidente do Conselho de Administração da Petrobras. O negócio fazia parte de uma estratégia da Petrobras de se internacionalizar no mercado de combustíveis. Quando foi questionada por ter dado o aval ao negócio como presidente do Conselho de Administração, Dilma disse que a decisão de todos os conselheiros foi baseada em um resumo executivo falho, gerando uma crise interna na Petrobras e a discussão sobre o papel dos conselheiros na companhia, assim como a indicação política dos nomes que comandavam o Conselho. Na delação à Justiça, Cerveró disse que Dilma sabia de todos os detalhes da compra da refinaria americana.

Em meio à troca de acusações, foi revelada a informação de que as reuniões do Conselho da Petrobras não eram sequer gravadas, aumentando ainda mais a tensão com o caso. O negócio envolvendo Pasadena foi alvo de processo no Tribunal de Contas da União (TCU). O relatório apontou que a estatal teve um prejuízo milionário “em razão desses gestores terem adotado critérios antieconômicos para definir o preço da refinaria”. Em outubro do ano passado, o TCU chegou a pedir o bloqueio dos bens da ex-presidente Dilma e de outros ex-conselheiros, como Antonio Palocci e José Sergio Gabrielli. O processo ainda não acabou. A refinaria de Pasadena foi fundada em 1920 pela Crown Central Petroleum, uma das companhias remanescentes do império Rockefeller, cujo grupo Standard Oil chegou a controlar 88% do refino de petróleo nos EUA.

Localizada no Houston Ship Channel, uma das vias navegáveis mais importantes dos EUA, Pasadena enfrentou vários problemas ambientais. Com poluição atmosférica acima do aceitável, recebeu, em 1998, multa de US\$ 1,1 milhão, aplicada pelo órgão ambiental do Texas. Com tamanho passivo ambiental, os herdeiros da Crown decidiram colocar Pasadena à venda. Foram anos de tentativas. A refinaria acabou sendo comprada, em janeiro de 2005, pela Astra

Oil, controlada pelo belga Albert Frère, o homem mais rico do país. Meses depois, em novembro daquele ano, a Astra Oil assinava memorando de entendimentos com a Petrobras, para fechar o negócio no início do ano seguinte. No ano passado, grupos ambientalistas do Texas entraram com uma ação contra a refinaria por violação dos limites de poluição.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Nota

A culpa não é só minha

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, decidiu que, a partir de agora, a Petrobras vai disponibilizar diariamente o preço do litro da gasolina e do diesel na refinaria, que costuma representar um terço do que o motorista paga nas bombas. O resto são impostos e a comissão dos postos.

Transparência...

Hoje, a estatal divulga apenas o percentual de reajuste, para cima ou para baixo. Quando aumenta, chega ao consumidor — por vezes, até acima do que foi estipulado.

Já quando cai...

Ontem, por exemplo, o preço do litro da gasolina nas refinarias era de R\$ 1,5973 e o do diesel, R\$ 1,8287.

Fora do pré-sal

Aliás, fechou, ontem, o prazo de inscrições para a 15ª rodada da ANP, fora do polígono do pré-sal, a ser realizada no dia 29 de março. Para os 21 blocos em terra, quatro empresas se manifestaram. No mar, serão 49 blocos que atraíram 15 empresas.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: Ministro critica preço de venda da Eletrobrás

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Vital do Rêgo Filho criticou a pressa do governo Temer em fazer um grande volume de privatizações em

pouco tempo, principalmente no caso da Eletrobrás. Vital do Rêgo determinou que a Secretaria-Geral de Controle Externo do órgão apresente, em 30 dias, o levantamento de todas as ações de fiscalização previstas para este ano, incluindo as focadas nos processos de desestatização.

Uma das principais preocupações do ministro, segundo comunicado feito durante a sessão do dia 30 de janeiro, ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso, se refere ao preço mínimo de R\$ 12,2 bilhões estipulado para a Eletrobrás.

O ministro do TCU disse que o valor mínimo está relacionado à atividade da empresa e ao lucro que ela pode gerar. O ministro lembrou, no entanto, que a Eletrobrás possuía ativos totais de R\$ 171,35 bilhões e R\$ 46,83 bilhões de patrimônio líquido em 30 de setembro do ano passado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Cade deve aprovar acordo de siderúrgicas

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) deverá aprovar na sessão de hoje a compra da Votorantim Siderurgia pela ArcelorMittal com “duras restrições”, segundo apurou o Estadão/Broadcast. A tendência é que a maioria dos conselheiros acompanhem o voto favorável da relatora, Polyanna Vilanova.

Anunciado há um ano, o negócio une a segunda e terceira colocadas do setor de siderurgia no País, atrás da líder Gerdau. O desenho dos “remédios” foi feito de forma que o negócio continuasse atrativo para a Arcelor-Mittal, uma vez que serão exigidas vendas de plantas e ativos. Procuradas, as empresas informaram que seguem colaborando com o Cade e aguardam a aprovação do negócio.

O acordo prevê a venda de ativos em pelo menos nove mercados, incluindo treliça e fio máquina, usados na construção civil e indústria, segundo fontes. Esses dois setores haviam ficado de fora da primeira proposta de acordo, apresentada pelas empresas à conselheira em 2017.

A proposta havia sido rejeitada pelo Departamento de Estudos Econômicos do Cade, que a considerou insuficiente. No acordo que será levado a plenário pela conselheira também serão previstos vendas nos mercados de vergalhões, telas eletrosoldadas, perfis leves, perfis médios, arames recozidos, barra MBQ e CA-60.

Se o acordo for aprovado, o plenário não cumprirá recomendação da Superintendência- Geral do Cade que, em setembro, entendeu que a operação poderia levar a uma elevação nos preços dos aços longos e recomendou a reprovação do negócio.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Aline Bronzati / Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

Primos de Steinbruch querem fatia direta na CSN

Os primos de Benjamin Steinbruch, os irmãos Léo Steinbruch, vicepresidente do Conselho da siderúrgica de Volta Redonda (RJ), e Clarice Steinbruch, querem que sua participação na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) passe a ser direta. Hoje, essa fatia se dá por meio da Vicunha Steel, cujo controle é dividido entre a Rio Purus (60%), de Benjamin e dos irmãos Ricardo e Elisabeth, e a CFL Participações (40%), de Léo e Clarice.

Essa holding controla a Vicunha Aços, que detém 50,3% das ações com direito a voto da CSN. A intenção dos primos de Benjamin é de que os lados deixem de ter suas participações por meio da Vicunha Aços e passem a deter suas fatias na CSN diretamente, por meio da Rio Purus e da CFL, o que mudará todo o desenho societário da CSN. O imbróglio envolvendo as duas ramificações da família é antigo, mas dessa vez irá para a Justiça, depois que o presidente da CSN não quis reconhecer o acordo de acionistas da Vicunha Steel.

» Ponto final.

A CFL Participações entrará com ação para cancelar ata de assembleia da Vicunha Steel, que ocorreu em meados de janeiro. Na ocasião, Benjamin Steinbruch, presidente da CSN, não reconheceu o acordo de acionistas, existente há quase 25 anos, que prevê o direito dos sócios na empresa. Além da CSN, a família é dona do banco Fibra, imóveis, um haras, a Vicunha Têxtil, fazendas, entre outros ativos. Ricardo Tepedino, advogado da CFL, disse que é certo que serão adotadas medidas judiciais e que isso ocorrerá em breve, mas que ainda estão sendo estudadas. CSN e Benjamin Steinbruch não comentaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Metrópole

Autor: Bruno Ribeiro, Fabio Leite e Paula Felix

Título: Energia de poste foi furtada, diz Prefeitura

Órgão municipal acusa empresa responsável pela instalação das câmeras de monitoramento no poste onde estudante morreu eletrocutado.

A Prefeitura de São Paulo acusa de furto de energia a empresa responsável pela instalação das câmeras de monitoramento no poste onde o estudante Lucas Antônio Lacerda da Silva, de 22 anos, teria sido eletrocutado e morto no domingo, durante passagem de um bloco de carnaval na região central de São Paulo. O corpo de Silva foi enterrado nesta terça-feira, 6, em Cardoso, a 558 km da capital.

O Departamento de Iluminação Pública, da Prefeitura, registrou ontem no 4.º Distrito Policial (Consolação) um boletim de ocorrência de furto. Nele, alega que a empresa GWA Systems captou energia de um poste seu sem autorização e instalou as câmeras em um pilar usado para sinalização de trânsito, na esquina das Ruas da Consolação com Matias Aires, no centro da cidade.

A GWA foi contratada pela Dream Factory, produtora oficial do carnaval de rua, para instalar câmeras de monitoramento. À polícia, um diretor do Ilume e dois supervisores da Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) afirmaram que não foram consultados nem autorizaram a instalação. “Ela foi instalada indevidamente e em condições técnicas inadequadas”, disse o prefeito João Doria (PSDB).

Hoje, o delegado Júlio Cesar Geraldo deve ouvir os representantes das duas empresas. “As investigações ainda estão no início”. Em nota, a GWA disse que “sempre seguiu todas as normas técnicas e de segurança que regulamentam o setor”.

Frentista.

A Polícia Civil obteve ontem mandado de prisão temporária contra o frentista Manoel de Santos Silva, de 47 anos, acusado de matar duas pessoas após uma briga em um posto de combustíveis na Avenida Rebouças, em Pinheiros, no último fim de semana. A discussão começou após os rapazes urinarem no posto. Imagens de segurança mostram o frentista perseguindo e atirando. O Estado não conseguiu localizar a defesa do frentista.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: JULIO WIZIACK - DE BRASÍLIA

Título: Privatização da Eletrobrás entra na mira do TCU

Tribunal deve criar auditoria para investigar se lance mínimo de R\$ 12 bilhões pela estatal não está aquém do valor adequado

A resistência política de parlamentares contra a venda da Eletrobrás chegou ao TCU (Tribunal de Contas da União), braço do Congresso que, nesta quarta (7), deve criar auditoria especial para verificar possíveis irregularidades na venda da estatal e nos demais projetos de concessão de Michel Temer. O pedido será apresentado pelo ministro Vital do Rego, que levantou dúvidas sobre o modelo de privatização da estatal de energia.

Em seu comunicado aos demais ministros, ele considera que o lance mínimo de R\$ 12 bilhões pode não refletir a realidade da empresa, que tem R\$ 171 bilhões em ativos e um patrimônio de cerca de R\$ 47 bilhões.

"O cenário traz duas preocupações (...). A primeira se refere à adequação do suposto preço mínimo de venda da Eletrobrás (...). A segunda está relacionada à capacidade

de esta Corte de Contas manter um efetivo processo de fiscalização dessa imensa quantidade de desestatização em um período tão curto de tempo", diz na comunicação.

Por isso, o ministro pedirá ainda que a Secex (Secretaria de Controle Externo) do TCU apresente, em um mês, um plano de ação para fiscalizar as desestatizações deste ano anunciadas por Temer.

O governo federal anunciou para este ano 75 projetos de desestatização — privatizações, concessões e prorrogações de contratos em vigor. Estimativas do governo indicam que esses projetos em ferrovias, rodovias e aeroportos devem gerar cerca de R\$ 28,5 bilhões em arrecadação aos cofres da União entre outorgas e bônus.

As empresas vencedoras dos leilões devem investir cerca de R\$ 132 bilhões. Técnicos do TCU que participam dessas discussões afirmam que essa auditoria pode se expandir até para as estatais estaduais em que a União é acionista, como a Code-sa (Companhia Docas do Espírito Santo) e o CeasaMinas.

A venda da Eletrobrás é uma das principais medidas previstas pela equipe econômica para reforçar o caixa e ajudar no cumprimento da meta de déficit de R\$ 159 bilhões neste ano.

Em um primeiro momento, o governo pensou em fazer a venda por meio de medida provisória, mas enfrentou tanta resistência dos congressistas e do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), que terminou enviando um projeto

de lei no final de janeiro para que o assunto avançasse e os recursos pudessem ser contabilizados no Orçamento deste ano.

Maia, que tenta viabilizar sua candidatura à sucessão de Temer, quer ter protagonismo na agenda econômica liderada pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles (PSD), que tenta se viabilizar como o candidato do próprio governo à sucessão.

Além da Eletrobrás, o Congresso também terá de avaliar uma medida provisória que trata da venda de seis distribuidoras hoje sob controle da estatal. O assunto está atrelado à venda da Eletrobrás.

Há ainda discussões sobre como ficarão os contratos de fornecimento de combustível para regiões Norte e Nordeste e a revitalização do rio São Francisco. Esses tópicos interessam aos políticos que têm nessas áreas seus redutos eleitorais e, segundo técnicos que definiram o modelo, escondem um passivo de mais de R\$ 120 bilhões.

Além disso, o governo enfrenta resistência de parlamentares que discordam das medidas legais que permitiram a devolução de concessões com problemas para relicitação — caso do aeroporto de Viracopos, em Campinas (SP), e da prorrogação de contratos que tiveram desequilíbrio financeiro devido, especialmente, a falhas na elaboração dos projetos e da recessão, que fez despencar a demanda.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA

Título: Petrobras dá início ao processo de venda da refinaria de Pasadena

Instalações são alvo da Lava Jato e de processo ambiental nos EUA

A Petrobras anunciou nesta terça (6) a abertura do processo de venda da polêmica refinaria de Pasadena, alvo de investigações da Operação Lava Jato e de ação por danos ambientais nos EUA.

A operação faz parte do processo de venda de ativos da estatal, com o qual a estatal pretende arrecadar US\$ 21 bilhões até o final deste ano. Para vender a unidade, a Petrobras contratou o banco Evercore, que terá a missão de encontrar interessados.

A refinaria foi comprada pela Petrobras em 2006, com o argumento de que a empresa precisava de um ponto de entrada no mercado norte-americano de

combustíveis, mas terminou se transformando em uma das operações mais questionadas da companhia.

A Petrobras pagou US\$ 360 milhões por metade da empresa, quase oito vezes mais do que os US\$ 42 milhões que a sócia havia desembolsado um ano antes para ter 100% do capital. Após disputa judicial com a Astra, a estatal acabou desembolsando US\$ 1,2 bilhão para ficar com todas as ações.

A ex-sócia foi favorecida por cláusulas assinadas durante a aquisição, aprovadas pelo conselho de administração à época comandado pela então ministra Dilma Rousseff, que depois se revelaram prejudiciais à Petrobras.

"Após análise abrangente, a PAI (Petrobras America Inc) identificou que a refinaria de Pasadena não se alinha com o foco estratégico da companhia", diz a estatal, no prospecto enviado ao mercado.

Com capacidade para processar 110 mil barris por dia, Pasadena é apontada como uma das unidades mais problemáticas do canal de Hous-ton, região de grande concentração de refinarias e indústrias petroquímicas.

Em 2016, foi acusada de violar limites de emissões de poluentes no ar e no solo. (NICOLA PAMPLONA)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: IGOR GIELOW - DE SÃO PAULO

Título: Bolsonaro é estrela em evento do mercado

Presidenciável encerrou almoço com banqueiros e investidores em São Paulo e foi aplaudido de pé pela plateia

Nenhum dos seus competidores diretos hoje estava presente no encontro organizado pelo banco BTG Pactual

O presidenciável Jair Bolsonaro foi a estrela de um evento de elite do mercado financeiro nesta terça (6) em São Paulo, que ignorou seus principais competidores a esta altura da corrida pelo Palácio do Planalto. O deputado falou durante mais de uma hora em almoço que fechou o primeiro dia do 19º CEO Conference, encontro de banqueiros, investidores e correlatos organizado pelo banco BTG Pactual.

Sem a presença de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na disputa, hoje inabilitado pela Lei da Ficha Limpa por ter sido condenado por corrupção em segunda instância,

Bolsonaro lidera os cenários aferidos pelo Datafolha no mês passado, margeando os 20% de intenções. Nenhum dos candidatos que dividem o pelotão do segundo lugar, como Marina Silva (Rede), Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB) e Luciano Huck (sem partido), estava presente para falar com os cerca de 2.500 convidados do evento.

Segundo presentes no almoço, que foi fechado para a imprensa, Bolsonaro foi confrontado com perguntas sobre seu histórico intervencionista, seu desconhecimento de economia, o crescimento do patrimônio de sua família e governabilidade em caso de eleição. Saiu-se, segundo o relato, com respostas prontas. Defendeu uma pauta econômica híbrida, liberal ao pedir uma reforma da Previdência gradual e estatista ao criticar a presença da China em negócios de mineração.

Arrancou risadas ao falar sobre economia lembrando que Dilma Rousseff, a petista impedida em 2016 que presidiu sobre uma recessão, tinha formação na área. Suas respostas seguiam padrão adversativo: questionado sobre como lidar com o Congresso, perguntava se era possível continuar com o presidencialismo de coalizão em vigor no país. Pontuou o discurso com questões sobre segurança pública e valores. Ao acabar, foi aplaudido de pé e demorou cerca de meia hora para conseguir sair do salão, parando para selfies, no hotel Hyatt.

Um dos empresários presentes, crítico de Bolsonaro, disse que viu muitos "eleitores envergonhados" do deputado se manifestaram. O evento foi aberto pelo **Ministro Fernando Coelho Filho (Minas E Energia)** e teve uma mesa à parte com outro presidencial, o ex-banqueiro João Amoêdo (Novo). Nesta quarta, falam outros dois nomes que circulam abaixo de 3% de intenções de voto: o ministro Henrique Meirelles (Fazenda) e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A ausência mais comentada foi a de Alckmin, governador paulista que vem tendo dificuldades para unir o PSDB e outras agremiações. Ele circula bem no empresariado, mas não é visto como um nome que agrada especialmente o mercado — uma de suas inflexões retóricas para a campanha foi a de relativizar o peso institucional do setor, ressaltando a necessidade do Estado. Nesse sentido, a presença de Bolsonaro, que historicamente abraça uma agenda fortemente estatista, chamou a atenção na plateia.

Um de seus principais articuladores, o filho e deputado federal Eduardo, estava presente e busca vender a imagem do pai como um defensor do livre mercado. Segundo a Folha apurou, o presidencial está convencido de que precisa profissionalizar a estrutura de sua campanha para ultrapassar o que considera um teto em suas intenções de voto.

Sem tempo de TV suficiente e dinheiro de fundo partidário, ele pretende investir em marketing digital e trabalhar para "polir" sua imagem.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Cristiano Romero

Título: Como anda a faxina da casa na Petrobras

Depois de acertar uma nova sistemática de venda de ativos com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Petrobras vai acelerar sua política de desinvestimento. A meta para o biênio 2017-2018 é desfazer-se de ativos no total de US\$ 21 bilhões (cerca de R\$ 68 bilhões). Não está incluída nessa conta a provável venda, ainda no primeiro semestre deste ano, da participação na petroquímica Braskem, onde a estatal compartilha o controle com o Grupo Odebrecht.

Da meta fixada para o biênio atual, US\$ 6,3 bilhões já foram obtidos com a venda à alemã Eneva, em novembro, do campo de Azulão (por US\$ 54,5 milhões), no Estado do Amazonas; a abertura de capital, em dezembro, da BR Distribuidora (US\$ 1,5 bilhão); a venda à norueguesa Statoil de 25% do campo de Roncador (US\$ 2,35 bilhões), na Bacia de Campos; e a venda à francesa Total, em janeiro, dos campos de Lapa e Iara (US\$ 1,95 bilhão, além de US\$ 400 milhões de um crédito colocado à disposição da estatal), na Bacia de Santos.

A Petrobras espera atingir o restante da meta - US\$ 14,7 bilhões - com a venda de parte de suas áreas de exploração a três multinacionais: a China National Petroleum Corporation (CNPC), a BP (ex-British Petroleum) e a americana Exxon. A estatal brasileira fechou parcerias com essas três empresas e, neste momento, negocia os ativos a serem vendidos, assim como fez com a Statoil e a Total. Além disso, espera levantar boa quantia com a alienação da Transportadora Associada de Gás (TAG), gestora de gasodutos nas regiões Norte e Nordeste - a venda à canadense Brookfield da Nova Transportadora do Sudeste (NTS), responsável pelos gasodutos do Sul e Sudeste, rendeu em setembro de 2016, um momento ruim da economia brasileira, US\$ 4,2 bilhões; a expectativa é que o negócio com a TAG supere aquele valor.

Acordo com o TCU vai dar agilidade à venda de ativos

A política de desinvestimento da Petrobras, que desde 2015 já fez a empresa se desfazer de US\$ 20 bilhões (R\$ 64 bilhões, em valores de ontem) em ativos, foi adotada para reduzir a dívida, que no balanço do terceiro trimestre de 2017 estava em US\$ 113,4 bilhões. No mesmo balanço, o nível de alavancagem - a relação entre dívida líquida e geração de caixa - estava em 3,2 vezes. É bom lembrar que a arrumação da casa começou no início de 2015, quando a então

presidente Dilma Rousseff trocou o comando da estatal - Ivan Monteiro, o "terrível", cuida das finanças desde então, e o ex-ministro Pedro Parente está na presidência desde maio de 2016.

Em 2015, a alavancagem da estatal estava em 5,6 vezes. A meta é reduzi-la para 2,5 até dezembro. O acordo com o TCU, fechado recentemente, foi fundamental para acelerar a venda de ativos. Na nova sistemática, a alienação dos ativos por meio de parcerias com multinacionais tem que ser justificada com base em ganhos para o país. No caso da Statoil, o negócio foi justificado pelo fato de a empresa norueguesa deter tecnologia de recuperação de reservatórios, algo que interessa à Petrobras na Bacia de Campos, de onde a estatal extrai hoje a maior parte de sua produção. Já a parceria com a Total traz tecnologia relacionada à análise de dados sísmicos. A empresa francesa se especializou nessa área ao explorar petróleo na costa ocidental da África.

O acerto com o TCU é um marco no relacionamento da Petrobras com órgãos públicos. Mesmo sendo uma estatal federal, a petrolífera sempre agiu com enorme arrogância diante de instituições como Receita Federal e TCU. Quando o tribunal decidiu entrar com ações cautelares para interromper o processo de venda de ativos, o comando da estatal entendeu que simplesmente brigar com os auditores não levaria a nada. Decidiu iniciar, então, um diálogo, que se arrastou durante 2017, mas, no fim, chegou a bom termo. A nova sistemática de alienação de ativos tem méritos como o de obrigar a Petrobras a identificar parceiros estratégicos que efetivamente gerem ganhos não apenas ao bolso dos acionistas, mas também para o país.

O diálogo com o TCU mostrou, ainda, aspecto nem sempre observado: em alguns segmentos, a Petrobras é o mercado, isto é, não há outros atores atuando ali. Se a estatal sai de um determinado negócio - e o ideal é que saia mesmo da maioria e se concentre naquilo em que detém excelência indiscutível, que é exploração -, quem compra o ativo se torna dono daquele mercado. A saída da Petrobras abre espaço, portanto, para que outras empresas operem no mercado, sujeitando-se às leis da concorrência e de mercado - a verdade é que o fim do monopólio legal em 1998 não eliminou o monopólio de fato da estatal em alguns segmentos.

A diminuição do tamanho da estatal está promovendo, também, aperfeiçoamentos regulatórios. No projeto do governo Dilma de agigantá-la a qualquer custo, excrescências como tornar a Petrobras operadora única do pré-sal e determinar, de antemão, que ela detenha 30% de todos os campos a serem explorados, bem como a adoção de política anacrônica de conteúdo local para equipamentos utilizados na empreitada, ensejaram a paralisia da companhia por absoluta falta de condição de levantar os recursos necessários à aventura e a corrupção desenfreada revelada pela Operação Lava-Jato.

Por causa da política de saneamento da Petrobras, essas coisas mudaram para o bem da própria empresa e do Brasil - outra consequência nefasta do ufanismo petrolífero foi a suspensão dos leilões do pré-sal durante dez anos; calcule-se o que o Estado brasileiro, em crise fiscal pavorosa, deixou de arrecadar por causa disso...

Braskem: solução virá por gravidade

Em 2015, afetada pelas crises econômica e política, a ação da Braskem chegou a ser cotada a R\$ 14. Hoje, vale R\$ 50. A valorização se deu muito em função do fato de a Petrobras ter anunciado que pretende sair do capital da empresa. Obviamente, o fechamento do acordo de leniência da Odebrecht também ajudou, mas nada como a decisão da estatal de desinvestir nessa área. A despeito dos problemas de seus dois controladores, a Braskem é um excelente ativo, como reconhece o mercado. Antes de sair, a Petrobras quer transformar a Braskem numa "corporation", isto é, numa empresa de capital pulverizado, sem acionistas controladores, a exemplo do que a Vale está fazendo. A Odebrecht resiste, põe empecilhos aqui e acolá, mas o destino será alcançado por causa da lei da gravidade: o negócio valoriza tanto o ativo que a resistência tende a desaparecer.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Alessandra Saraiva | Do Rio

Título: Minério de ferro e itens agrícolas ficam mais baratos no atacado e puxam queda do IGP-DI

O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) diminuiu de 0,74% para 0,58% entre dezembro e janeiro, beneficiado por combinação de minério de ferro e itens agrícolas mais baratos no atacado. O indicador deve continuar a desacelerar, segundo André Braz, economista do Ibre-FGV, porque os produtos agrícolas devem continuar a cair de preço no atacado.

Segundo o economista, nem o avanço na inflação de bens de investimento no começo do ano, observada no indicador devido à reação mais forte da demanda, deve impedir a trajetória descendente. "O IGP-DI deve continuar a desacelerar e ficar com taxas distantes de 1%", afirmou.

Entre dezembro e janeiro, a inflação atacadista, apurada pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) e que representa 60% do IGP-DI, caiu quase pela

metade, de 1,07% para 0,58%. Houve recuo de preços nos principais tipos de carne: bovina (de 1,76% para -3,02%); aves (de -0,55% para -3,60%) e suínos (de 3,54% para -0,96%). Esses produtos foram beneficiados por rações mais baratas.

"O preço da ração é um preço muito ligado ao da soja e o do milho, que estão muito bem comportados", disse Braz. O preço da soja acumula recuo de 6,84% em 12 meses até janeiro. O do milho tem deflação de 18,16% no período.

A soja é o produto agropecuário de maior peso na formação da inflação atacadista (representa em torno de 5% do total do IPA). De dezembro para janeiro, houve variação de 0,91% para -2,90%, devido à boa oferta. "A soja teve contribuição negativa, ou seja, retirou 0,20 ponto percentual do IPA", afirmou Braz.

A contribuição negativa da soja só não foi mais forte do que a do minério de ferro, cuja inflação enfraqueceu de 11,10% para 3,49% no mesmo período, o que tirou 0,34 ponto percentual do IPA no período. O item também representa em torno de 5% do total da inflação atacadista.

Nem todos os itens no atacado estão em queda. A inflação de bens de investimento passou de 0,39% para 1,16% entre dezembro e janeiro deste ano, a maior desde janeiro de 2016 (1,64%). Para o economista da FGV, o aumento de preços desse bens representa mais compras de maquinário, peças e componentes para atender a demanda em alta. "Isso parece anúncio de atividade tentando apresentar crescimento. Creio que a previsão de PIB mais alto para 2018 já começa a ganhar forma."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Bolsonaro tenta suavizar imagem

O deputado federal e pré-candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro (PSC-RJ) disse que foi "vender seu peixe" a empresários, executivos e investidores nacionais e internacionais, após sua participação em um grande evento promovido anualmente pelo BTG Pactual. "O mercado sempre me achou um rinoceronte. Vou me dar por satisfeito se sair daqui com vocês me achando um homem das cavernas", disse ontem, em esforço de irreverência à plateia.

O badalado evento do BTG Pactual, CEO Conference, foi especialmente disputado neste ano: 2,5 mil participantes, de 140 empresas (considerando as casas de investimento). O Brasil é o grande assunto, com focos variados.

Apesar do público, a apresentação, no formato de entrevista, conduzida pelo jornalista Augusto Nunes, foi pouco profunda nos temas econômicos, segundo pessoas que participaram.

Bolsonaro admitiu não ter conhecimentos técnicos - "não sou o cirurgião" - e voltou a dizer que gosta dos pensamentos e ideais do economista Paulo Guedes, presidente do conselho de administração e estrategista da Bozano Investimentos.

Disse que apresentará a composição de seu ministério antes da campanha, como forma de demonstrar que não fará loteamento de cargos, e mostrou-se a favor da reforma da Previdência - desde que sejam preservados os direitos dos militares.

Pela manhã, quem abriu o evento foi o **Ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**. O governador do Espírito Santo, Paulo Hartung (MDB), e o secretário do Tesouro, Eduardo Guardia fizeram palestras durante a tarde, sobre a situação fiscal do país.

Da linha ultraconservadora, Bolsonaro é pouco conhecido de investidores internacionais, o que despertou grande interesse dos participantes. Com uma postura simpática, bem diversa da agressividade que emprega nos embates com rivais, tentou - e conseguiu - arrancar risadas dos ouvintes. Falou também que a China não está investindo no Brasil, mas sim "comprando o país". O maior entusiasmo da plateia foi com os comentários do pré-candidato sobre segurança pública e suas críticas ao PT e a programas assistenciais como o "Mais Médicos".

O economista e presidente do Insper, Marcos Lisboa, abre esse segundo dia, em debate sobre crescimento econômico no Brasil. Hoje falam também o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), que encerra as apresentações.

Além de Brasil, em debates simultâneos, o evento também debate temas atualidade como "a revolução do Blockchain" e "a era da inteligência artificial".

A badalação do evento dá-se pela quantidade de investidores e empresários reunidos. Realizado no Hyatt (esta é a 19ª edição), os participantes têm diversas reuniões nos quartos que são transformados em salas de reuniões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro | De São Paulo****Título: CSN espera ano de virada na demanda do mercado interno**

Com a indústria de transformação mostrando firmes sinais de recuperação no ano, puxada pelo setor automotivo, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), uma das maiores produtoras de aço plano do país, vislumbra aumento consistente nas vendas ao mercado brasileiro em 2018. E espera também bom desempenho nas operações de EUA e da Europa.

A empresa não considera crescer menos de 9% neste ano "Esse é o ano da virada na siderurgia no país e a CSN quer tirar proveito disso", afirmou Luís Fernando Martinez, diretor-executivo comercial e de logística, em entrevista ao **Valor**.

O otimismo se baseia numa previsão de crescimento de 3,5% a 3,6% da indústria de transformação em 2018 e 2019. Tomando por base um índice de elasticidade de 2,7 a 3,8 vezes no consumo de aço, a projeção é de aumento de 9% a 13% para a siderurgia de aços planos. "Pouco risco de isso não acontecer se forem mantidos os fundamentos atuais", afirma o executivo, observando que é necessário haver expansão sustentada da economia brasileira.

Para a CSN, a melhoria do mercado no país, aliada aos reajustes de preços obtidos no ano e o patamar de US\$ 75 a tonelada do minério de ferro é importante. Vai contribuir no seu plano de reequilíbrio financeiro. No momento, a empresa negocia rolagem de dívida com a Caixa Econômica Federal - já fez com Banco do Brasil. Além disso, quer recomprar bônus de dívida no exterior, fechar amanhã emissão de US\$ 1 bilhão. E a venda de um ou mais ativos de valor relevante.

Somado tudo isso, a empresa ganha conforto para sua dívida líquida da ordem de R\$ 24 bilhões.

No país, a CSN é produtora de laminados planos e de aço longo, mas este último com pequena participação no todo. No exterior, tem uma laminadora em Indiana, EUA, e outra em Portugal, e na Alemanha uma siderúrgica de perfis. De janeiro a setembro, a empresa vendeu nos quatro mercados 3,7 milhões de toneladas - 56% no país.

No terceiro trimestre, o percentual do mercado interno subiu dez pontos percentuais, para 62%, em relação ao primeiro. A meta da empresa é elevar a

fatia para 85% do total. No Brasil, as margens de ganho são maiores que as de exportação e dos mercados americano e europeu.

Segundo Martinez, a reação da demanda no país não se limita ao setor automotivo, que tem previsão de produzir em torno de 15% a mais sobre 2017. Ele aponta a indústria de linha branca, a de máquinas e equipamentos e a de embalagens em aço. Construção civil, grande demandante de aço, retomou os lançamentos de imóveis residenciais, comerciais e industriais. Mas o segmento de infraestrutura ainda anda devagar. E, no mesmo compasso, o de óleo e gás.

O executivo diz que a CSN destina, direta e indiretamente, 30% de suas vendas ao setor automotivo. Para construção civil, em torno de 25% e para linha branca, 15%. Por meio da rede de distribuição, atende os fabricantes de máquinas. A siderúrgica, que tem usina em Volta Redonda (RJ), é a única empresa que faz aço para embalagens industriais (latas).

Ele garante que a empresa está preparada operacionalmente e tem capacidade em seus laminadores para atender o aumento de pedidos de seus clientes. Em aço longo, a perspectiva é vender cerca de 275 mil toneladas neste ano, alta de 19% ante 230 mil toneladas de 2017. É o maior volume desde o início de operação, em 2013.

A estratégia da empresa é trabalhar lotada no mercado doméstico, focando em produtos de alto valor agregado (mais de 50% do seu mix), obter o máximo das subsidiárias no exterior, consolidar os aumentos de preços e tirar vantagens da recuperação dos grandes mercados consumidores de aço.

Em janeiro, a CSN anunciou reajuste de 22% a 25% para o setor automotivo, 12% para outros setores industriais e percentual igual para distribuição. Hoje, o prêmio em relação ao produto importado é de 4% a 10%. Novas altas, por ora, não estão previstas.

As usinas são beneficiadas com o recuo das importações, pois podem ocupar esse espaço. O consumo aparente de aço plano no Brasil ainda é baixo. Por isso, depende de retomada industrial forte para voltar aos 15,8 milhões de toneladas atingidas em 2010.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Ação coletiva nos EUA queria até US\$ 16 bi da Petrobras

Os investidores responsáveis pela ação coletiva movida contra a Petrobras na Justiça dos Estados Unidos pleiteavam, com base em análises estatísticas feitas por certificadoras independentes, de US\$ 13,4 bilhões a US\$ 16,1 bilhões em indenizações. A diferença nos valores depende das variáveis utilizadas e do percentual de significância estatística, de 90% a 95%.

Os investidores vão embolsar US\$ 3 bilhões, sendo US\$ 2,95 bilhões resultantes do acordo com a Petrobras e outros US\$ 50 milhões da auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC), que foi divulgado na semana passada.

Em documento submetido ao juiz Jed Rakoff, os advogados dos investidores apontaram que, nos seus cálculos, isso representa uma devolução de 18,6% a 22,3% dos danos totais sofridos pelos titulares de recibos de ações (ADRs) e títulos da dívida durante o período da "classe", que reúne quem comprou os ativos entre janeiro de 2010 e julho de 2015.

Embora a companhia tenha chegado a um acordo com os investidores, ele ainda precisa ser aceito pelo juiz Rakoff, do Tribunal do Distrito Sul de Nova York, onde corre o processo. Para isso, é fundamental que o juiz - e os investidores - se convençam de que se trata de um bom acordo.

Segundo os advogados dos investidores, liderados pelo escritório americano Pomerantz, o percentual dos danos sofridos recuperado com o acordo será "acima da média" dos processos do tipo, colocando a indenização como a maior nos últimos dez anos em uma ação coletiva dessa espécie.

Para fazer o cálculo, a certificadora contratada pela acusação identificou 85 anúncios feitos pela Petrobras envolvendo revelações sobre desdobramentos da Lava-Jato e apontou que no mínimo 21 desses comunicados geraram efeito estatisticamente significativo sobre o preços das ações.

Um modelo mais conservador para as perdas - com menos comunicados associados a quedas nos preços das ações - foi usado por aqueles investidores que optaram por deixar a "classe" de investidores da ação coletiva e entraram com ações individuais contra a Petrobras. Considerando essa segunda estimativa, e excluindo as perdas registradas pelos investidores que entraram com ações individuais, os membros do processo teriam tido danos totais de US\$ 5,68 bilhões, o que implica que estariam recebendo 52% do total perdido.

Ao defender o acordo, os advogados destacam que, sem ele, iriam enfrentar os custos e riscos de um julgamento, que poderia se arrastar por um longo período. Caberia a um júri popular determinar se a Petrobras era vítima ou responsável pelas fraudes descobertas, e se os réus individuais - em sua maioria ex-diretores da estatal - agiram por seus próprios interesses ou em benefício da

companhia. "Não apenas uma recuperação das perdas seria muito mais incerta, mas também ficaria inevitavelmente mais distante, ainda mais quando se considera que as partes poderiam apelar das decisões", escreveram os advogados do Pomerantz.

Para a Petrobras, o acordo também fazia sentido. O **Valor** apurou que a companhia chegou a fazer um júri popular simulado nos Estados Unidos, que teve um resultado "catastrófico" para a companhia. Esse foi mais um incentivo para que chegassem a um acordo e encerrassem o litígio, que já dura mais de três anos.

Para chegar a um acordo com os investidores, foram escolhidas cinco datas de eventos importantes da Petrobras nos quais as ações tiveram desvalorizações relevantes. O **Valor** apurou que uma delas é o dia 14 de novembro de 2014, quando a estatal comunicou o mercado que não iria divulgar o seu balanço do terceiro trimestre daquele ano dentro do prazo. Quando a Petrobras publicou o balanço de 2014, já em abril do ano seguinte, ele veio com uma baixa contábil de R\$ 55 bilhões.

O acordo com a PwC, que auditava os balanços da Petrobras quando o escândalo da Lava-Jato veio a público, foi divulgado na quinta-feira à noite. "O acordo garante que também sejam chamados à responsabilidade os agentes cujo dever é proteger os interesses dos acionistas, e não de seus clientes", disse Jeremy Lieberman, sócio da Pomerantz, em comunicado.

"Estávamos dispostos a deixar essa questão legal para trás, e um acordo foi a melhor maneira de conseguir isso", disse à agência Reuters Márcia Avruch, gerente de comunicação da PwC Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Turbulência internacional freia otimismo com petróleo

A queda nos preços do petróleo observada durante os últimos dias é pontual, causada pela turbulência dos mercados de capitais em todo o mundo, mas pode ter acabado com a tendência de alta da commodity, segundo analistas. Há alguns dias, perto do fim de janeiro, o barril do tipo Brent chegou a tocar os US\$ 70, mas dificilmente a dinâmica internacional justificará a volta a esse nível, acrescentam.

Para Norbert Rücker, analista do banco suíço Julius Baer, a realização de lucros recente provavelmente continuará, em especial dos fundos de mais alto risco.

Até agora, as posições compradas dos investidores estavam em patamares muito altos, o que intensifica qualquer movimento de saída. Agrava o desempenho a virada do dólar, que vinha se enfraquecendo no mês passado mas já passou a se recuperar.

"Em geral, a queda dos preços do petróleo é de mais de 10% quando a confiança cai de níveis muito altos de otimismo", comenta Rücker. "Ademais, os fundamentos do mercado de petróleo têm menor probabilidade agora de sustentar a narrativa positiva nas próximas semanas."

Ontem, o segundo contrato do Brent terminou em queda de 1,2% na ICE Futures de Londres, para US\$ 66,48 o barril, acumulando perdas de 2,7% no mês. Já o WTI caiu 1,2% na Nymex, de Nova York, cotado em US\$ 63,39, com recuo de 2% em fevereiro.

Walter de Vitto, analista da Tendências Consultoria Integrada, aposta que a instabilidade será a regra no curto prazo, oscilando de acordo com a confiança dos investidores. Mas para ele, não há justificativa nos fundamentos econômicos para que os preços continuem tão altos.

O analista acredita que, não fosse o acordo entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) e seus aliados, o excesso de oferta no mundo seria brutal. "O preço desabaria se a produção voltasse com tudo", diz. Em seus cálculos, sem o ajuste de oferta, a cotação mais justa seria em torno de US\$ 40.

Mas o acordo pode ser insuficiente. Vitto afirma que o período mais forte da demanda mundial começa a se encerrar - terminando na virada do primeiro para o segundo trimestres -, comprometendo o equilíbrio do mercado, diz o analista. Rücker comenta que a atividade das refinarias nos Estados Unidos já perde força e aumenta a chance de os estoques de petróleo bruto pararem de cair por conta do menor uso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Victor Aguiar | De São Paulo

Título: Começa venda de Pasadena

A Petrobras iniciou a divulgação de oportunidade ("teaser") referente à venda da refinaria de Pasadena, no Texas (Estados Unidos). A operação será realizada por meio da afiliada Petrobras America.

Em fato relevante, a estatal explicou que a venda engloba o sistema de operações de refino, incluindo a refinaria, com capacidade de processamento

de 110 mil barris de petróleo/dia e potencial para armazenar 5,1 milhões de barris de petróleo e derivados.

Além disso, a operação inclui o terminal marítimo, a logística, os estoques associados e um terreno localizado no canal marítimo de acesso a Houston, para expansão. **(Com André Ramalho, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Siderúrgicas vão aos EUA contra inclusão em seção 232

Preocupadas com a proximidade de uma decisão sobre fechar ou não o mercado de aço a alguns países por questões de segurança nacional, as siderúrgicas, reunidas no Instituto Aço Brasil, vão voltar aos Estados Unidos para mostrar que o produto brasileiro "faz parte da solução", e não do problema do país.

A nova missão da equipe das fabricantes de aço foi organizada depois que as duas associações americanas, a Steel Manufacturers Association e o American Iron and Steel Institute, pediram ao presidente Donald Trump, em carta, que acelerasse uma decisão sobre a chamada seção 232.

"Agora é a hora de uma ação presidencial para prevenir o excesso de capacidade siderúrgica e a alta das importações de aço de ameaçarem a segurança nacional e a viabilidade da indústria dos Estados Unidos", diz o texto. "Insistimos que você implante um remédio que seja completo e amplo, cobrindo todas as grandes fontes de importação de aço e toda a gama de produtos, com exceção de produtos ainda não disponíveis nos Estados Unidos."

Para Marco Polo de Mello Lopes, presidente do Aço Brasil, é exatamente o caso do aço brasileiro. Já com portas bastante fechadas nos EUA, com taxas antidumping contra laminados a quente e a frio, cerca de 80% dos produtos enviados para lá são semielaborados, em especial placas - uma matéria-prima para laminação. Há falta de placas próprias no país e o Brasil "ajuda a complementar a cadeia".

Os EUA receberam 32,7% das exportações do Brasil durante 2017, um ano em que, segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (Mdic), foram vendidas 15,35 milhões de toneladas ao exterior. O segundo destino mais importante foi a Alemanha, com 7,3%.

"Queremos focar em conversas com o Congresso americano, representantes da Casa Branca e o Conselho Nacional de Segurança dos EUA", explica Lopes.

A seção 232 faz parte de uma lei de 1962 que permite aos EUA dificultarem a entrada de produtos estrangeiros alegando questões de segurança. Na carta a Trump, as associações lembram que as importações de aço atingiram 27% do mercado americano em 2017, mostrando a forte concorrência com o exterior. Citam Brasil, Coreia do Sul, Rússia, Turquia e Japão como as maiores origens.

Essa importação é chamada de "uma ameaça à indústria siderúrgica" dos EUA e o texto ainda pede medidas que garantam também garantias contra a triangulação comercial, quando países fazem pequenas modificações em terceiros para ocultar a origem.

A primeira missão aos EUA, realizada em outubro, permitiu aos representantes de siderúrgicas brasileiras explicarem a formadores de opinião, equipes técnicas de congressistas e à própria Steel Manufacturers Association que o Brasil não é um problema. Para Lopes, a receptividade foi boa e até mesmo a entidade das fabricantes locais entendeu os argumentos - tanto que esse pleito foi anexado ao processo da seção 232.

Mas especialistas reforçam que há muita imprevisibilidade do governo Trump e que aplicar ou não o artigo sobre importados tem um peso político muito grande. A pressão dos dois lados é muito forte, tanto da indústria, que busca aliviar a competição, quanto dos consumidores, que temem encarecimento do aço.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Chiara Quintão | De São Paulo

Título: BR Properties vai manter receita de locação do Ventura

A BR Properties conseguirá manter sua receita de locação no empreendimento Ventura Corporate Towers, localizado no Rio de Janeiro, mesmo após a devolução de parte dos espaços ocupados pela área de exploração da Petrobras, segundo o presidente da companhia de propriedades comerciais, Martin Jaco. Em janeiro, a estatal entregou os 8.740 metros quadrados (m²) que alugava na Torre Oeste do complexo. No terceiro trimestre, a Petrobras vai desocupar 21.938 m² dos 44.899 m² em que está instalada na Torre Leste do Ventura.

Na sexta-feira, as ações da BR Properties tiveram queda de 3,46%, fechando a R\$ 10,31, em decorrência da informação de que a devolução de áreas do

Ventura pela Petrobras chegará a 30.600 m². A notícia desagradou ao mercado. O Bradesco BBI rebaixou a recomendação da BR Properties de neutra para a venda e reduziu o preço-alvo das ações de R\$ 11 para R\$ 10.

"Quando um inquilino decide sair antes do prazo, precisa cumprir aviso prévio, pagar multa por quebra de contrato e valores correspondentes a carências, benefícios e descontos recebidos", conta o presidente da BR Properties. Esses recursos não recorrentes, previstos nos contratos de locação, permitem que a companhia tenha, segundo Jaco, conforto para buscar novos inquilinos.

No caso da Torre Oeste, a Petrobras cumpriu aviso prévio de nove meses nos seis andares que ocupava. Nesse período, a BR Properties fechou a locação de três dos andares - dois para a Libra, que já estava instalada em um andar do prédio, e um para a prestadora de serviços de petróleo Schlumberger. As novas locações do Ventura foram fechadas a preços inferiores aos valores que a Petrobras pagava por metro quadrado. Nos últimos anos, os preços de aluguel caíram.

Segundo Jaco, tem havido demanda pelo Ventura por parte de empresas de óleo e gás, de energia e de prestadores de serviços. O empreendimento se localiza em frente à sede da Petrobras.

A área devolvida pela petroleira na Torre Oeste corresponde a menos de 1% do portfólio da BR Properties. A ocupação do prédio está superior a 70%. Já a Torre Leste está totalmente alugada, considerando-se que a Petrobras ainda não devolveu as áreas correspondentes a pouco menos da metade do edifício. Esse prédio responde por 3,7% do portfólio da companhia. A ocupação total das duas torres chega a 88%.

Jaco ressalta que, embora o total de áreas a ser entregue pela Petrobras não corresponda a fatia elevada do portfólio da BR Properties, gera preocupação, pois a redução da vacância é o principal foco de atenções da companhia. No fim de 2017, a BR Properties tinha taxa de vacância física de 30,2%. A companhia registrou, no quarto trimestre, preço médio de locação por metro quadrado das mesmas propriedades, 1,8% menor do que o do mesmo período de 2016.

No ano passado, a BR Properties registrou locação recorde de 90 mil m². Houve devolução de 20 mil m². Na avaliação de Jaco, o mercado paulistano de escritórios tem demonstrado sinais de recuperação. "Em regiões com oferta mais restrita como a Paulista e a Faria Lima, a elevação de valores ocorrerá mais rapidamente do que na Chucrí Zaidan", compara. Já o mercado carioca começa a se estabilizar agora, no entendimento do executivo.

A BR Properties teve lucro líquido de R\$ 277,017 milhões em 2017. O valor representa expansão de 9,6 vezes ante o registrado em 2016. Para a melhora do desempenho, contribuíram ganhos de R\$ 115,7 milhões na valorização de propriedades para investimento. A receita líquida teve queda de 8%, para R\$ 430,5 milhões, como consequência da queda do valor de aluguel de alguns contratos. A companhia informou Ebitda ajustado de R\$ 329,83 milhões, com queda de 10%. A margem Ebitda foi de 77%.

Com a redução dos juros, o resultado financeiro ajustado caiu 1%, em 2017, para R\$ 258,78 milhões, apesar de a dívida líquida ter aumentado R\$ 500 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Aralco vai receber aporte da Sucden

A sucroalcooleira Nova Aralco (antiga Aralco) espera pela homologação do aditivo a seu plano de recuperação judicial para receber um empréstimo de US\$ 42 milhões da trading francesa Sucden. A companhia, em recuperação judicial desde 2016, dará em garantia contratos de pré-pagamento de exportação de açúcar e até 51% de participação em seu capital. Dos R\$ 420 milhões e US\$ 290 milhões em dívidas envolvidas na recuperação, foram pagos R\$ 60 milhões.

O empréstimo foi a alternativa encontrada pela Nova Aralco para evitar o descumprimento de seu primeiro plano de pagamento aos credores, aprovado em 2016. Isso porque a previsão de fluxo de caixa daqui para frente não era suficiente para garantir as próximas parcelas, segundo Carolina Merizio, sócia da Capital Administradora, administradora judicial da empresa. Na safra 2017/18, a Nova Aralco processou 3,8 milhões de toneladas de cana.

O financiamento foi incluído em um aditivo ao plano - elaborado pelo escritório Thomaz Bastos, Waisberg, Kurzweil Advogados -, e aprovado em assembleia de credores em 30 de janeiro.

Com o aporte, a Nova Aralco adiantará o pagamento a vários credores, mas com cortes nos valores devidos. Aos credores com garantia real, o deságio será de 79%, e aos credores sem garantia, de 93,4%. Não haverá descontos para os credores trabalhistas, micro e pequenas empresas e fornecedores.

Caso a Justiça homologue o plano e o empréstimo seja repassado, a Nova Aralco terá de amortizar sua nova dívida entre as safras 2018/19 (que se inicia no próximo mês de abril) e 2021/22, podendo prorrogá-la até a safra 2023/24.

Se a empresa não cumprir esse pagamento, a trading terá de 2021 a 2023 para exercer a opção de converter seu crédito em participação acionária.

Atualmente, a Nova Aralco é controlada por três acionistas: Francisco César Martins Villela, Maria José Costa Villela e Eurides Luiz Camargo Benez.

Se a Sucden fizer essa opção, será aberto um processo de concorrência em que outros investidores poderão oferecer um aporte maior para a aquisição de ativos. "Isso permite que a companhia ainda possa receber mais recursos", explica Carolina Merizio.

A Sucden exigiu que o novo aporte fosse condicionado à manutenção da Nova Aralco na recuperação judicial, e portanto fiscalizada pelo administrador judicial. Seus dados financeiros, como receita e lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda), serão disponibilizados a credores em plataforma online.

MME / ASCOM .